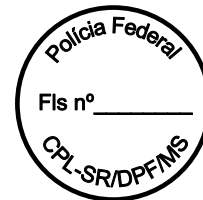




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



**Edital Pregão Eletrônico nº 02/2012**

**Processo nº 08335.001044/2012-29**

**ANEXO V – Minuta de Contrato**

**CONTRATO Nº XX/2012 – SR/DPF/MS**

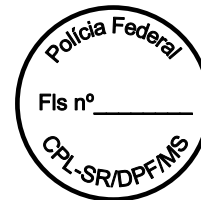
TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI  
CONTRAEM A UNIÃO FEDERAL,  
REPRESENTADA PELO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA  
FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL,  
E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA  
ABAIXO:

A **UNIÃO**, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, através da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL**, situada na Rua Fernando Luís Fernandes, 322, Vila Sobrinho, com inscrição no CGC/MF 00.394.494/0084-63, doravante designada **CONTRATANTE** e representada pelo **SUPERINTENDENTE REGIONAL**, Sr. **EDGAR PAULO MARCON**, Delegado de Polícia Federal, residente nesta capital, RG 8019.680.811 SSP/RS, CPF 433.571.640-00, residente nesta Capital e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, estabelecida à Rua **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Vila **YYY**, Campo Grande, MS, neste ato designada simplesmente **CONTRATADA**, e representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portadora do RG nº **xxxx** SSP/MS e do CPF **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, resolvem celebrar o presente Contrato, de acordo com o processo nº 08335.022410/2011-01, **Pregão Eletrônico por SRP nº 02/2012 SR/DPF/MS**, pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 24, inciso IV, demais legislações pertinentes e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto - contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos de ar condicionado com fornecimento de peças e materiais de reposição para a Superintendência de Polícia Federal e suas Delegacias descentralizadas no Estado de Mato Grosso do Sul**, de acordo com as condições estabelecidas em contrato, conforme o seguinte:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



Item	Discriminação	percentual de desconto (%)
1	Serviços de manutenção em condicionadores de ar instalados na SR/DPF/MS, na cidade de <u>Campo Grande - MS</u> , conforme Termo de Referência, Anexo I do edital de pregão Eletrônico 03/2012-SR/DPF/MS	.....%(.....) sobre os serviços
2	Serviços de manutenção em condicionadores de ar instalados na SR/DPF/MS, nas cidades de <u>Dourados - MS, Naviraí-MS, Ponta Porã-MS, Três Lagoas- MS e Corumbá-MS</u> , conforme Termo de Referência, Anexo I do edital de pregão Eletrônico 03/2012-SR/DPF/MS.	.....%(.....) sobre os serviços
3	Fornecimento de materiais, peças de reposição e acessórios, conforme Termo de Referência, Anexo I do edital de pregão Eletrônico 03/2012-SR/DPF/MS.	.....%(.....) sobre os materiais, peças de reposição e acessórios

## II - VIGÊNCIA, VALIDADE E PRORROGAÇÃO

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A vigência do presente contrato se dará a partir de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012 e terá validade até o dia 31 de dezembro do mesmo ano.

**Parágrafo único.** No interesse da CONTRATANTE, este contrato poderá ser prorrogado por períodos consecutivos de 12 meses cada, limitadas estas prorrogações, ao prazo máximo de 60 meses contados da data da contratação.

## III - DOS VALORES

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores definidos no Pregão nº 002/2012-SR/DPF/MS, referentes aos percentuais de descontos, conforme proposta final da CONTRATADA.

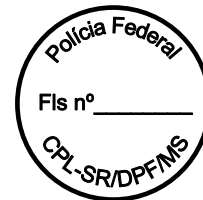
## IV - EQUILÍBRIO FINANCEIRO E REPACTUAÇÃO

**CLÁUSULA QUARTA** – Com a finalidade de manter o equilíbrio financeiro do contrato, será permitida a repactuação dos valores dos serviços ora contratados estabelecidos na Cláusula Quarta, em conformidade com a legislação vigente.

**Parágrafo primeiro.** A Administração deverá analisar o pedido de repactuação da CONTRATADA, verificando se o reajuste solicitado está de acordo com os preços praticados no mercado.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



**Parágrafo segundo.** Fica vedada, quando da repactuação, a inclusão nos custos dos serviços ora contratados, de outros valores não previstos na proposta apresentada pela CONTRATADA na licitação.

**Parágrafo terceiro.** A repactuação estabelecida no **caput** desta cláusula é direito não somente da CONTRATADA, mas, também, da CONTRATANTE, caso houver uma diminuição dos custos previstos na proposta apresentada pela CONTRATADA.

**Parágrafo Quarto.** Será admitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação.

**CLÁUSULA QUINTA –** As despesas com a execução do presente contrato para o exercício de 2012 correrá à conta do Programa de Trabalho 06.122.0750.2000.0001, Natureza de Despesa 339039, Plano Interno 702T-06, Fonte 100 e Gestão 0001.

**Parágrafo único.** Foi emitida a Declaração de Disponibilidade Orçamentária nº **xxx** de xx de xxxxx de 2012, no valor de R\$ xx.000,00 (xxxxxx mil reais) para atender às despesas inerentes à execução do presente Contrato, durante o exercício de 2012.

## **V - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

**CLÁUSULA SEXTA –** Fazem parte integrante e complementar do presente contrato, independentemente de suas transcrições, o Edital e anexos do Pregão eletrônico por SRP nº 002/2012-SR/DPF/MS e seus anexos, a proposta e os documentos apresentados pela CONTRATADA no procedimento licitatório.

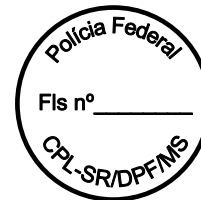
## **VI - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**CLÁUSULA SÉTIMA –** São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidade, ou sub-contratações não autorizadas pelo Contratante;
- b) Responsabiliza-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;
- c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrente de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- e) Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução dos serviços deste Contrato;



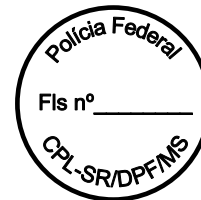
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



- f) Ocorrendo três chamados para conserto do mesmo defeito num período de 30 (trinta) dias, será caracterizado descumprimento dos termos do Contrato e do Edital e seus anexos, permitindo aplicação de penalidades por parte da administração.
- g) Executar os serviços nos endereços descritos em dias e horários de expediente das Unidades da CONTRATANTE;
- h) A Contratada deverá retirar da execução dos serviços, após notificação, de imediato, qualquer empregado seu ou de terceiros sob sua responsabilidade que venha demonstrar incapacidade técnica ou conduta inadequada.
- i) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos no Termo de referência;
- j) Realizar todos os serviços necessários para a consecução do objeto desta contratação, bem como todas as orientações do Fiscal do Contrato para o fiel desempenho das atividades específicas;
- k) Prestar, durante a execução dos serviços, toda assistência técnica, desenvolvida com segurança, qualidade e dentro do prazo estabelecido, por meio de uma equipe de profissionais devidamente treinados para execução dos serviços elencados neste termo de referência;
- l) Tomar todas as providências devidas, na condição de única responsável por acidentes de trabalho que eventualmente sofrerem pessoas direta ou indiretamente envolvidas na prestação dos serviços objeto do contrato, mesmo quando os acontecimentos fortuitos ocorram nas dependências desta Superintendência Regional da Polícia Federal em MS;
- m) Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados, durante a execução dos serviços, causem aos equipamentos da SR/DPF/MS;
- n) Credenciar, perante o Contratante, um representante (preposto) para tratar dos esclarecimentos e quaisquer outros assuntos pertinentes ao objeto e fiscalização deste contrato
- o) Assumir o risco e total responsabilidade por todo e qualquer serviço terceirizado;
- p) Encaminhar, junto com as notas fiscais, os relatórios de manutenção corretiva, referente aos serviços realizados;
- q) Assumir a responsabilidade de sanar as irregularidades, na forma do Código de Defesa do Consumidor, por defeitos, quebras e problemas advindos da inadequada prestação dos serviços;
- r) Responder diretamente por danos causados em bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, e pelas perdas decorrentes, em virtude de omissões e atos praticados por seus funcionários, prepostos e fornecedores, bem como pelas despesas originadas de infrações ou da inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar o Contratante por quaisquer pagamentos que este seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora;
- s) A ação ou omissão da fiscalização do contrato por esta SR/DPF/MS, não eximirá a contratada da responsabilidade pela má execução dos serviços prestados ou pela utilização de peças não originais ou recondicionadas;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



- t) Reparar/refazer as suas expensas, em prazo a ser acordado com a CONTRATANTE, todos os serviços que apresentarem defeitos, erros, omissões ou quaisquer outras irregularidades constatadas pela Administração;
- u) A presença do Fiscal do contrato ou outra pessoa indicada pela SR/DPF/MS durante a prestação dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou co-responsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, na forma da legislação em vigor;
- v) Atender às legislações, normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho, estabelecidas nos dispositivos legais federais, estaduais e municipais pertinentes durante a execução dos serviços;
- w) O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, transportadoras, técnicos ou empresas e profissionais subcontratados

## **VII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.**

### **CLÁUSULA OITAVA – São obrigações da CONTRATANTE:**

- a) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de conformidade com o estabelecido na cláusula 10ª, alínea “b” do presente contrato;
- b) Proporcionar todas as facilidades para que os funcionários da CONTRATADA tenham acesso ao local do reparo e possam cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste Contrato;
- c) Designar um servidor da Administração para acompanhar e fiscalizar os serviços deste instrumento, bem como atestar a Fatura;
- d) Evitar que pessoas não credenciadas pela CONTRATADA efetuem manutenção e/ou reparos nos equipamentos objeto deste Contrato;
- e) Comunicar prontamente à CONTRATADA, toda e qualquer anormalidade verificada no funcionamento das máquinas objeto deste Contrato.

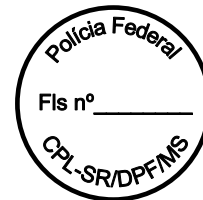
## **VIII - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

### **CLÁUSULA NONA – São motivos para a rescisão do presente contrato:**

- I – o descumprimento injustificado, total ou parcial, das obrigações assumidas pela CONTRATADA nos termos deste contrato;
- II – o não atendimento ou o atendimento insatisfatório das determinações e solicitações formuladas pelo Fiscal do contrato;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



III - a paralisação da execução dos serviços, sem justa causa e sem a prévia comunicação à CONTRATANTE;

IV – o cometimento reiterado de faltas pela CONTRATADA às cláusulas do presente contrato, após a aplicação das penalidades previstas no Edital do Pregão 001/2008-CPL/SR/DPF/MS;

V – a decretação da falência ou a instauração da insolvência civil da CONTRATADA;

VI – a extinção ou a dissolução da CONTRATADA;

VII – a alteração da composição social, a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a critério da CONTRATANTE, venha a prejudicar a execução dos serviços contratados;

VIII – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela autoridade administrativa a qual está subordinada a CONTRATANTE;

IX – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, impeditivos da execução do contrato;

X – a suspensão da execução dos serviços contratados por ordem escrita da CONTRATANTE por um período superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo nos casos de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo período;

XI – o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de serviços já executados, salvo nos casos de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, assegurado à CONTRATADA, nestes casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, até que seja normalizada a situação.

XII - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**Parágrafo único.** A rescisão do presente contrato poderá ser formalizada:

I – por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a VII e XII desta cláusula;

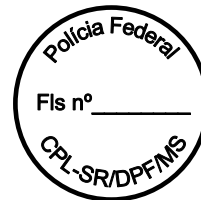
II – por acordo amigável entre as partes, reduzidas a termo, e desde que haja interesse e conveniência para a CONTRATANTE;

III – por ação judicial, nos termos da legislação pertinente.





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



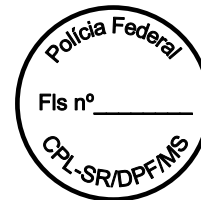
## IX – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

### CLÁUSULA DÉCIMA – São condições de pagamento:

- a) O recebimento e a aceitação do objeto de licitação obedecerão ao disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei 8.666/93.
- b) A SR/DPF/MS pagará à CONTRATADA os valores devidos pela prestação de serviços, até o 30º (trigésimo) dia, contado a partir da apresentação da Nota Fiscal e da comprovação e atestação pelo servidor encarregado do recebimento, sendo efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004, publicada no Diário Oficial da União de 29/12/2004 - Seção 1.
- c) A adjudicatária deverá emitir a Nota Fiscal de acordo com o estabelecido na Nota de Empenho.
- d) O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA por meio de Ordem Bancária, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo para isto ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital/Nota de Empenho.
- e) O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.
- f) Qualquer erro ou omissão ocorridos na documentação fiscal será motivo de correção por parte da CONTRATANTE e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- g) Quando do pagamento a ser efetuado, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, Dívida da União, FGTS e INSS). Tal comprovação será objeto de confirmação "ON LINE", via terminal SIASG/SICAF, sendo suspenso o pagamento caso esteja irregular no referido sistema.
- f) A empresa deverá emitir separadamente as Notas relativas ao SERVIÇO das relativas as PEÇAS.
- g) Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamentos, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



**EM = I x N x VP** Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso;

**I** = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

**I** = (TX/100) / 365

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%

**X – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a empresa adjudicatária às sanções previstas, podendo a Administração, garantida prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da Adjudicatária, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Multa de:

**a)** – 0,2 % (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

**b)** – 0,4% (zero vírgula quatro décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

**c)** – Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pelo Departamento de Polícia Federal ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

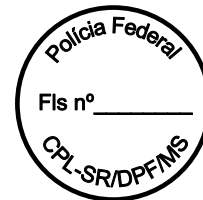
**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa Adjudicatária, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pelo Departamento de Polícia Federal;

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** – Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



cadastro de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art 4º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa;

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** – A multa aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Departamento de Polícia Federal.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso ao Superintendente Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, no que couber, previsto no artigo 109 da Lei 8.666/93.

## XI - VALIDADE E EFICÁCIA

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** - O presente Contrato terá validade a partir da data de sua assinatura pelos contratantes ficando sua eficácia condicionada à publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

## XII – DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA** – A legislação aplicável à execução deste contrato e aos casos omissos é a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

## XIII - FORO

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA** – As partes elegem o FORO da Justiça Federal, Seção Judiciária de Campo Grande/MS, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste Contrato, em detrimento de qualquer outro, ficando assegurado a **CONTRATANTE**, os privilégios de prazos de que trata o art. 188 do Código de Processo Civil.

E assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em (03) três vias de um só teor e forma, perante as testemunhas abaixo para que produza seus efeitos jurídicos.

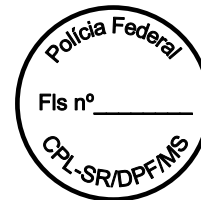
Campo Grande - MS, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2012.

---

**CONTRATANTE**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



---

**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS: